

LÍNGUA LITERÁRIA E LÍNGUA PADRÃO

Wolfgang Roth
Bochum- Alemanha

As tentativas de definir o que seria a língua literária devem-se em grande parte ao estruturalismo das primeiras décadas do nosso século. Antes, na corrente lingüística histórico-comparativa do século passado, a consciência da diferença entre língua literária e língua padrão surge apenas esporadicamente. O interesse dominante pela pesquisa da evolução e da reconstrução de línguas históricas e protolínguas versava sobre as variantes dialetais e populares das línguas que eram objeto dos estudos filológicos do século XIX. A língua literária e a língua padrão em geral eram consideradas como uma unidade. Só mais tarde aparece o interesse pelas variedades, especialmente pelas variedades dialetais, ao passo que a língua documentária (por exemplo testamentos escritos em variantes dialetais) interessavam exclusivamente como testemunhos de variedades locais de línguas históricas em fases anteriores. A preferência que se dava à língua literária se explica pelo fato de a filologia do século XIX ter-se dedicado tanto à literatura como à lingüística e ter considerado os textos literários como a principal fonte para estudos e análises lingüísticos. A filologia do século passado e até de boa parte do século XX ainda não conhecia a divisão do trabalho entre a lingüística e a literatura e combinava, sobretudo na área da reconstrução e da edição de textos, as duas matérias. Com o fim da escola idealista, que em certos países, como a Espanha, perdurava até a segunda metade do nosso século, o estudo da língua separou-se definitivamente do da literatura. A separação entre as duas disciplinas da filologia se deu definitivamente, na maioria dos países, nos anos 20 e 30.

A idéia básica do estruturalismo consistia em estabelecer uma oposição e em considerar a língua literária como uma língua distinta da língua de uso, i. é, da linguagem empregada na comunicação diária e imposta por esta. De acordo com esta opinião, a língua literária se caracteriza por um alto grau de independência frente à língua não-literária, independência que se deve a fatores literários e que se refletem na língua. Isto vale especialmente para a forma literária que pode considerar-se como a mais elaborada do ponto de vista estético: a língua poética. Desde a Escola de Praga e os formalistas russos, os lingüistas partidários das idéias estruturalistas construíram esta oposição entre língua literária e língua não-literária. Esta última, usada com o mero fim comunicativo, careceria de ambições estéticas. Para este tipo de língua se tem proposto, entre outros termos, o de língua de uso ou língua utilitá-

ria (em alemão: *Gebrauchssprache*), uma língua, ou melhor dito, uma linguagem que se caracteriza por seguir os moldes da norma prescritiva não somente no que respeita às regras da gramática, mas também à norma comunicativa, ou seja: a língua de uso observa certas regras preestabelecidas relativas às formas de expressão mais consagradas e consideradas como as mais eficientes e adequadas à finalidade comunicativa.

A linguagem literária seria, de acordo com esta hipótese, uma linguagem livre destas restrições, ao passo que a língua não-literária seria comparável a uma língua mecanizada, sem ambições de originalidade, na qual o modo de exprimir-se transmitido e consagrado é considerada como o único possível para se conseguirem as metas comunicativas. Ultimamente se tem denominado esta oposição com os termos de linguagem automatizada versus linguagem desautomatizada, sendo esta última justamente a linguagem poética.

Para caracterizar esta linguagem poética em forma pormenorizada até em trabalhos recentes recorre-se ao conceito de estilo e parte-se de uma das definições mais divulgadas: estilo como desvio da norma. O que na linguagem "normal" seria considerado como um desrespeito da norma, ou seja, um erro, na linguagem poética é tido como algo permitido e pessoal ou original. A linguagem poética se baseia na indefinição de numerosos elementos lingüísticos. Assim, por exemplo, na semântica, uma fonte quase inesgotável é construída pela polissemia. A opção por um sentido fora do comum, de um sentido arcaico revivido, de um sentido que não se enquadra no contexto, de uma figura retórica, etc. pode ser um traço especial apreciado esteticamente na linguagem literária, mas rejeitado na linguagem comum.

O "desvio literário" pode ocorrer em qualquer nível de análise, embora a margem de "liberdade poética" possa ser diferente. Assim, no que respeita à gramática, pode haver tanto uma infração propositada às regras como também a exploração excessiva das possibilidades gramaticais, por exemplo o uso de orações extremamente longas e complexas. A não-observância das regras gramaticais parece difícil de determinar e, às vezes, tem-se a impressão de que as infrações às regras não conhecem regras.

A famosa caracterização de Roman Jakobson, que falava de uma "gramática da poesia", de acordo com a qual "a função poética transfere ("projeta") o princípio de equivalência do eixo da seleção para o eixo da combinatória" significa que podemos distinguir uma seleção no nível da paradigmática de uma combinatória no nível da sintagmática. Esta última é própria da linguagem literária, ao passo que a primeira, a seleção paradigmática, seria essencial para a linguagem de uso com simples finalidade comunicativa. O que conta na linguagem de uso é a faculdade de poder optar entre várias possibilidades de expressão com o fim de chegar ao modo de exprimir-se o mais eficiente possível. Em compensação, a linguagem poética se basearia antes na combinação dos elementos, numa seqüência especial dos elementos anteriores com elementos posteriores, a qual não segue necessariamente as regras da linguagem de uso.

Já os representantes da Escola de Praga se dedicavam à descrição e análise da oposição entre linguagem cotidiana e linguagem literária. O que distingue estas

duas variantes é o fator "comunicação". A linguagem diária ou de uso tem como objetivo a comunicação, e se concentra nos recursos para tornar esta comunicação a mais eficaz possível, com o fim de intervir na chamada realidade extralingüística, ou seja, a linguagem de uso se dirige à realidade extralingüística, ao passo que a linguagem literária se concentra no próprio signo lingüístico.

De acordo com a Escola de Praga, a linguagem meramente comunicativa provoca uma automatização lingüística. Em compensação, a linguagem literária constitui uma "atualização" dos recursos de uma língua transpondo as convenções estabelecidas pela linguagem comunicativa. Assim, a linguagem comunicativa sofre um processo de deformação e, ao mesmo tempo, modifica a linguagem poética anterior.

Esta atitude literária para com a língua significa também que os autores literários, para chegarem aos seus objetivos lingüísticos, se vêem forçados a partir da realidade lingüística representada pela linguagem comunicativa. Qualquer criação literária implica, no que diz respeito à linguagem, não somente uma familiaridade, mas também um relacionamento com a linguagem comunicativa. Este relacionamento muda com a época literária e, muitas vezes, até com as concepções estéticas do autor. Assim há tendências literárias que insistem em uma linguagem elevada superposta à linguagem diária, outras que preconizam e praticam uma aproximação à linguagem de todos os dias ou até à linguagem popular ou aos dialetos. A atitude para com a linguagem de uso abrange toda a gama desde o Classicismo até o Naturalismo. A história literária não é apenas a história de temas, motivos, gêneros, etc., mas também a história das diferentes manifestações da linguagem literária e sua proximidade ou afastamento da linguagem puramente comunicativa.

A história da linguagem literária constitui uma série de atitudes línguio-estéticas que vacilam entre uma inter-relação estreita entre conteúdo e palavra e uma separação quase completa entre estes dois aspectos da fala humana. Assim, por exemplo, o Romantismo se caracteriza por esta cisão, cisão que se pretende superar no Realismo e Naturalismo que se lhe segue. Sobretudo em autores e épocas preocupados com a atualidade social e política, podemos observar uma interdependência relativamente íntima entre linguagem de uso e linguagem literária.

Este resumo de idéias externadas a respeito de uma possível definição da língua literária seria incompleto, se não se mencionasse o fato de a linguagem literária ter, por sua vez, repercussões na linguagem comum. É consabido que se a linguagem comunicativa por um lado tem a sua autonomia relativa ante a linguagem literária, por outro esta última tem servido de modelo para aquela. Uma parte fundamental da gramática normativa se baseia justamente nos usos literários, nos chamados bons autores. Este ideal de um estreito relacionamento entre linguagem de uso e linguagem literária parece contradizer as observações acima mencionadas. Para superar esta contradição, é preciso voltar ao processo da formação histórica das línguas padrões européias. Este processo se fundamenta no que poderíamos chamar a liberação das línguas populares das línguas eruditas escritas na Idade Média. O latim, como na Igreja Oriental o grego e, em menor grau, o búlgaro arcaico, o chamado eslavo eclesiástico arcaico, representavam línguas hieráticas com apoio

numa ampla tradição escrita, constituída em grande parte por uma linguagem de ambições estéticas. Isto não quer dizer que não tenha havido uma vasta literatura escrita num latim de uso, mas surgiu repetidas vezes, desde a Idade Média e, depois, no Renascimento, a consciência da necessidade de renovar a linguagem de uso pelo recurso ao chamado latim clássico que, essencialmente, se baseava nos grandes autores da chamada latinidade de ouro (*Latinitas aurea*).

Assim, também as línguas "populares" modernas, ao se generalizarem, recorreram à linguagem literária durante o seu processo de padronização. Várias escolas literárias em diferentes países europeus desenvolveram uma consciência de que trabalhavam em prol de uma elaboração da língua nacional. A escola francesa da Pléiade, por exemplo, lançou mão de todos os recursos possíveis, latinismos, helenismos, dialetalismos, arcaísmos e outros, para enriquecer o léxico do francês, que parecia uma língua pobre aos membros dessa corrente literária. Na Espanha da época do Renascimento se sentia a falta de uma tradição linguoliterária que pudesse servir – segundo o exemplo da Itália – de modelo. Por falta de exemplos recorreu-se aos provérbios, que seriam uma espécie de sucedâneo da tríade dos autores italianos Dante, Petrarca e Boccaccio.

O auge da idéia de uma equiparação de linguagem culta de uso com linguagem literária foi alcançado na França com o Classicismo do século XVII, que promoveu um ideal de instrução no qual coincidiram a linguagem literária com a linguagem de uso. Era este o ideal do chamado *gentil-homem*, cujo lado lingüístico persiste em parte até hoje, não sem provocar uma crise do francês devido ao seu caráter ultraconservador e à rápida evolução do francês falado e informal.

A partir do século XVIII, caracterizado pela importância cada vez maior de uma burguesia dedicada às transações financeiras, ao comércio e às atividades manufatureiras e interessada no progresso das ciências naturais, – finalmente com a revolução industrial do século XIX e o ensino de uma língua padrão às massas em parte alogotas, iniciou-se uma separação entre linguagem literária e linguagem de uso. Os textos que visavam à pura comunicação, sobretudo no âmbito da comunicação científica, tornaram-se mais sóbrios, embora em algumas áreas sobrevivesse a retórica, por exemplo, no discurso político que continuava orientando-se pelos grandes autores da história literária (cf. o modelo lingüístico-retórico de Schiller na retórica nacionalista alemã).

Mais ou menos na segunda metade do século passado recomeça uma reaproximação mútua entre as linguagem comunicativa e literária. Mas, desta vez, a aproximação partiu em sentido inverso, ou seja, da língua literária para a linguagem de uso. Correntes literárias como o Realismo ou o Naturalismo concretizaram as suas concepções também no que respeita à linguagem. A reprodução literária da realidade exigia uma volta ao fator comunicativo da linguagem literária.

Pode-se dizer que desde então houve uma cisão interna da linguagem literária em muitas literaturas nacionais: por um lado, nos diferentes gêneros, especialmente na poesia, uma concentração na palavra e no texto e um afastamento da função principalmente transmissora de mensagens diretas, por outro lado, uma ten-

dência que coloca a mensagem direta, a comunicação, em primeiro plano sem, é óbvio, renunciar ao objetivo língu-estético inerente a qualquer obra literária.

Assim, a partir da segunda metade do século passado, a linguagem literária absorve cada vez mais elementos da linguagem diária versada unicamente para a comunicação. Mas, ao mesmo tempo, o caráter modelar da linguagem literária começa a declinar. A sobriedade do estilo dos textos de uso reflete-se na literatura, mas a linguagem de uso já não se baseia tanto, como antigamente, no modelo da linguagem literária. A literatura serve, até hoje, de documentação para fenômenos recentes registrados pelos dicionaristas e pelas gramáticas, mas não é mais o caráter exemplar da linguagem literária que interessa, senão a literatura como inventário de fenômenos lingüísticos que refletem as particularidades da comunicação recente.

Parece que este fenômeno, até hoje, não tem encontrado a atenção que mereceria. Assim temos de contentar-nos com observações feitas ocasionalmente. Entre diferentes publicações a respeito seja citado aqui apenas um artigo escrito por uma estilicista russa que trata de um fenômeno na moderna literatura alemã. Este artigo, publicado já nos anos setenta, intitula-se "*A descontração lexical como recurso estilístico e como fenômeno de mudança de norma*" (Elise Riesel, "Lexikalische Auflockerung als Stilmittel und als sprachliche Umnormung", in: *Probleme der Sprachwissenschaft*, Aia 1971).

Neste artigo a autora chama a atenção para o fato de a moderna literatura narrativa alemã recorrer cada vez mais a um léxico informal. Trata-se, na palavra da autora, de uma espécie de "rebaixamento" estilístico. Aqui teríamos então, na linguagem literária, um fenômeno de aproximação rumo à língua diária falada. O problema consiste, de acordo com a autora, em saber se este fenômeno indica um recurso estilístico ou se pode ser considerado como um princípio de mudança de norma lingüística literária.

O fenômeno da descontração é principalmente próprio da fala dos personagens na literatura e, em menor grau, das partes narrativas. Segundo a autora, a literatura contemporânea permite o emprego das diferentes variantes de uma língua, tanto diatópicas e diafásicas, como diastráticas. A extensão do emprego deste recurso dependeria principalmente da atitude do autor que, não raro, nos apresenta um retrato lingüístico de seus personagens. Teríamos, então, uma espécie de avanço na individualização lingüística dos personagens fictícios e, ao mesmo tempo, uma mudança da atitude dos autores para com a linguagem literária. Mas enquanto persistir, paralelamente, o ideal tanto da linguagem culta a empregar na literatura como o do "desvio poético", pode-se apenas comprovar a irrupção de uma visão diferente da linguagem literária que começou a conviver com os ideais de uma linguagem literária tradicional.

Falta, para poder verificar esta hipótese, uma série de estudos preliminares.

Primeiro seria preciso empreender um estudo histórico da introdução de elementos da linguagem falada na literatura. A literatura conhece, desde a Antigüidade, o fenômeno dos diferentes "estilos" e apresenta, além disso, o fenômeno da fala "basileta" na forma da caricatura (cf. *A Cena Trimalchionis* atribuída a Petrônio, ou nos autos portugueses do século XVI). Provavelmente apenas com as teorias do

Realismo e do Naturalismo começa o recurso à língua falada com objetivos inerentes às respectivas teorias literárias que postulavam a descrição das diferentes facetas da sociedade.

Segundo é imprescindível pesquisar em que nível de análise elementos da língua falada se integram no discurso literário. É provável que isto ocorra primeiro e principalmente no léxico. A morfossintaxe geralmente resiste aos diferentes tipos de "descontração", já que é considerada como a parte mais sólida e menos tangível de estrutura lingüística e da norma prescritiva. Neste nível teríamos "irrupções" principalmente na fala dos protagonistas e menos nos trechos narrativos. No que respeita ao nível fonético-fonológico, este tem menos importância na linguagem literária, pelo menos nos gêneros líricos e narrativos. Estando estes dois gêneros via de regra destinados à leitura, uma representação fonética da fala de certos protagonistas significaria um afastamento da ortografia e traria dificuldades de compreensão para os leitores habituados a uma ortografia tradicional. As – relativamente – poucas tentativas nesta área (por exemplo Balzac) parecem ter tido pouco êxito. Apenas no gênero dramático encontramos exemplos notáveis de representações "realistas" da pronúncia dos personagens, por exemplo em peças faladas em dialeto. A encenação exige, às vezes, uma intensa preparação de dicção, uma vez que as peças dramáticas, na sua maioria, se destinam à audição e não à "visão", ou seja, à leitura.

Terceiro não se deve esquecer que qualquer reprodução da língua informal ou subpadrão, língua essencialmente falada, nos é apresentada numa forma estilizada. A maioria dos autores, por mais observadores e conhecedores da língua falada que sejam, não podem reproduzir nas suas obras esta linguagem por duas razões: primeiro por não se terem familiarizado com a autêntica língua falada, estudos que começaram a ser feitos só relativamente tarde, e segundo pelo fato de esta linguagem ser completamente "indigesta" para qualquer leitor. A arte de reproduzir a autêntica língua falada em textos literários consiste justamente em combinar os elementos desta linguagem com a tradição estética escrita e com isto aos hábitos de leitura.

Os autores com ambições realistas têm desenvolvido, no decorrer das últimas décadas, todo um inventário de recursos lingüístico-estilísticos para dar à sua linguagem literária, sobretudo na ficção da fala direta, um aspecto realista. Não somente a descontração lexical, da qual nos fala a lingüista russa acima mencionada, tem contribuído para esta tendência. Para tornar também a morfossintaxe mais adequada à fala real realista e mais próxima da fala diária, tarefa mais árdua do que a adaptação do léxico à língua falada, surgiram técnicas narrativas como o discurso indireto livre e o monólogo interior que permitiram certas liberdades de expressão menos apreciadas nas partes narrativas devido a uma tradição línguio-estética mais rígida.

Assim, falando da linguagem literária, seria preciso fazer uma distinção entre seus vários tipos. Se a linguagem poética se concentra nos próprios elementos da língua com o fim de desautomatizar a linguagem de uso, colocando em segundo plano o fator "comunicação", na literatura "realista", ou seja, na literatura que tem

como objetivo captar de maneira direta a realidade social e cultural de um país, o fator "comunicação" ou "intermediação" desempenha um papel pelo menos tão decisivo como o fator "forma lingüística". Daí as tentativas de equilibrar "forma" e "conteúdo", concedendo à forma um lugar diferente do que ocupa na literatura "mais formal" e adaptando-a a um conteúdo mais próximo da realidade mediante uma aproximação desta à linguagem de todos os dias.

Assim era natural que o postulado de uma dedicação mais intensa à realidade nacional do Brasil, sobretudo a partir da Semana de Arte Moderna, implicasse no que se costumou chamar de "questão da língua brasileira". Esta questão, ainda que debatida também no que respeita à linguagem de uso, veio a ser uma questão fundamental da língua literária. Tanto a linguagem literária de antes da Semana de Arte Moderna, por exemplo a do Parnasianismo, como a posterior a este evento político-cultural, se afastam da linguagem de uso destinada à pura comunicação. A chamada língua culta, no que se refere aos textos de uso, continuou sendo, na parte morfosintática, uma língua mais conservadora e mais próxima de uma tradição luso-brasileira comum. Sob este aspecto, tanto a linguagem poética quanto a literária "realista" constituem desvios. Mas destas duas variantes de desvio, a "realista" hoje serve mais de fonte da pesquisa da língua atual, ao passo que, em épocas anteriores, talvez a linguagem poética tenha constituído um modelo digno de ser imitado.

Voltemos ao início das nossas considerações: A diferença entre linguagem automatizada e linguagem desautomatizada precisaria de uma revisão. Da linguagem literária "realista" não se pode dizer que seja "desautomatizada". Trata-se de uma linguagem literária baseada profundamente em observações da língua falada diária, sem que esta deixe de ser estilizada. Seria interessante saber se esta nova linguagem literária pode servir de modelo para uma futura linguagem de uso ou se esta última continua seguindo o seu caminho fundamentando-se menos na atualidade lingüística e mais na tradição estabelecida. Provavelmente teremos de conformar-nos com o fato de a língua literária já não desempenhar o papel central para a elaboração da língua padrão que tinha antigamente. Assim, não é de excluir que é antes a língua literária que sofre a influência da linguagem de uso, ao passo que esta última já não toma como modelo a linguagem literária conforme o fazia antigamente.

Embora os dicionários, quando recorrem a citações para fundamentar a evolução do léxico de uma língua, se baseiem até hoje mormente na literatura, isto não quer dizer que a linguagem literária tenha conservado todo o seu prestígio de antes. As citações da literatura se devem possivelmente ao fato de ela refletir, numa forma condensada, a gama inteira das variedades de uma língua, ao passo que os diferentes textos de uso em geral representam apenas cada um uma faceta desta gama.

Se pelo menos uma parte da linguagem literária perdeu sua função de modelo lingüístico para a elaboração de um padrão geral e se tornou um reflexo da linguagem diária, caberia indagar se isto – a longo prazo – não atingiria o padrão lingüístico. Estamos diante de uma mudança de modelo? Qual seria, neste caso, o modelo que substituiria o ex-ideal?

*

BIBLIOGRAFIA CONSULTADA

- Bechara, Evanildo, *Ensino da gramática. Opressão? Liberdade?*, São Paulo: Ática 1985.
- Brunot, Ferdinand, *Histoire de la langue française des origines à nos jours*, tome XIII: L'Époque réaliste, par Charles Bruneau, Armand Colin 1968-1972.
- Brau, Peter, *Tendenzen in der deutschen Gegenwartssprache. Sprachvarietäten*, 3^a ed., Stuttgart: Kohlhammer 1993.
- Du Bellay, Joachim, *La Défense et illustration de la langue française*, éd. Chamart, Paris: Didier 1904 (réed. 1948).
- Glück, Helmut, *Schrift und Schriftlichkeit: eine sprach- und kulturwissenschaftliche Studie*, Stuttgart: Meltzler 1987.
- Jakobson, Roman, "Poesie der Grammatik und Grammatik der Poesie", in: *Mathematik und Dichtung*, ed. H. Kreuzer/R. Gunzenhäuser, München: Nymphenburger 1965.
- Lapesa, Rafael, *Historia de la lengua española*, 8^a ed., Madrid: Gredos 1980.
- Krahl, Siegfried / Kurz, Josef, *Kleines Wörterbuch der Stilkunde*, Leipzig: Bibliographisches Institut 1979.
- Lessa, Luiz Carlos, *O modernismo brasileiro e a língua portuguesa* Rio de Janeiro 1966.
- Oomen, Ursula, *Linguistische Grundlagen poetischer Texte*, Tübingen: Niemeyer 1973.
- Pinto, Edith Pimentel, *A língua escrita no Brasil*, São Paulo: Ática 1986.
- Popelar, Inge, *Das Akademiewörterbuch von 1694 – das Wörterbuch des Honnête homme?*, Tübingen: Niemeyer 1976.
- Riesel, Elise, "Lexikalische Auflockerung als Stilmittel und als sprachliche Umnormung", in: *Probleme der Sprachwissenschaft*, Aia etc.: Mouton 1971, p. 447-485.
- Roth, Wolfgang, "Portugiesisch oder Brasilianisch? Zur Sprache Brasiliens als sprach- und literaturwissenschaftlichem Problem", in: *Iberomania* 6, 1979, p. 16-41.
- Roth, Wolfgang, "Gesprochene und literarische Sprache im Werk von Graciliano Ramos", in: *Aufsätze zur portugiesischen Kulturgeschichte* 18, 1985, p. 174-189.
- Seco, Manuel, "Lengua coloquial y literatura", in: *Diálogos* 20, 1984, p. 5-16.
- Serebrennikov, B.A. (Org.), *Allgemeine Sprachwissenschaft*, vol 1: "Existenzformen, Funktionen und Geschichte der Sprache", München/Salzburg; Fink 1973, Kap. 8: "Die Literatursprache".
- Varvaro, Alberto, "Storia della lingua: passato e prospettive di una categoria controversa", in: *Romance Philology* 26, 1972-1973, p. 16-51, 509-531.
